

## De los años 20 al 2.0: desplazamientos alrededor de la lactancia y de la maternidad en Brasil

### From the 20s to 2.0: displacements around breastfeeding and motherhood in Brazil

### Dos anos 20 ao 2.0: deslocamentos em torno da amamentação e da maternidade no Brasil

ANA LUIZA DE FIGUEIREDO SOUZA\*

**RESUMEN:** Alineadas con el proyecto republicano para reducir la mortalidad infantil y reconfigurar el lugar social de las mujeres, revistas femeninas como la *Vida Doméstica* (1920-1963) se convirtieron en vehículos donde los médicos higienistas aconsejaban a las madres sobre el cuidado infantil en las primeras décadas del siglo XX en Brasil. Al identificar continuidades y rupturas entre el enfoque materno de las columnas y publicaciones de *Cousas Úteis* (*Cosas Útiles*, 1921) y *Medicina Doméstica* (1926) y posteos en el perfil personal y en la página profesional de dos madres contemporáneas, en Facebook, se demuestra que la maternidad se construyó alrededor de los ideales del instinto materno, el amor y la devoción, y que hoy, a través de sus narrativas personales, las mujeres buscan retratar los *impasses* de la vivencia materna, evidenciando los aspectos idealizadores y moralizantes que la marcaron.

**PALABRAS-CLAVE:** *Maternidad, lactancia, revistas femeninas, narrativas personales en la cultura digital.*

**ABSTRACT:** Aligned with the republican project of decrease in infant mortality and reconfiguration of women's social place, female magazines such as *Domestic Life* (1920-1963) were converted into vehicles in which hygienist doctors instructed mothers about childcare in the first decades of the twentieth century in Brazil. When identifying continuities and ruptures between the maternal approach of the columns *Cousas Úteis* (*Useful Things*, 1921) and *Medicina Doméstica* (*Domestic Medicine*, 1926) and posts made in the personal profile and professional fanpage of two contemporary mothers, on Facebook, it is shown that motherhood was built around the ideals of maternal instinct, love and devotion, and that today, through their personal narratives, women try to depict the *impasses* of the motherhood experience by evidencing the idealizing and moralizing aspects that have marked it.

**KEYWORDS:** *Motherhood, breastfeeding, women's magazines, personal narratives in digital culture.*

**RESUMO:** Alinhadas ao projeto republicano de diminuição da mortalidade infantil e reconfiguração do lugar social da mulher, revistas femininas como a *Vida Doméstica* (1920-1963) tornaram-se veículos onde médicos higienistas orientavam mães sobre o cuidado com os filhos nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Ao identificar continuidades e rupturas entre a abordagem materna das colunas *Cousas Úteis* (1921) e *Medicina Doméstica* (1926) e postagens feitas no perfil pessoal e na página profissional de duas mães contemporâneas, no Facebook, mostra-se que a maternidade foi construída em torno dos ideais de instinto materno, amor e devoção, e que hoje as mulheres buscam, por meio de suas narrativas pessoais, retratar os *impasses* da vivência materna, evidenciando os aspectos idealizadores e moralizantes que a marcaram.

\* Maestra y doctoranda por el Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciada en Comunicación Social — Publicidad y Propaganda por la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <analuizafigueiredosouza@id.uff.br>.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Maternidade; amamentação; revistas femininas; narrativas pessoais na cultura digital.*

**RECIBIDO:** 25 de octubre de 2019. **ACEPTADO:** 26 de noviembre de 2019.

## INTRODUÇÃO

O seio materno é insubstituível. A mãe que, podendo-o, não dá o seu leite, isto é, o seu sangue a seu filho, comete um verdadeiro crime contra a natureza, contra as religiões e contra a sociedade; é uma mulher indigna deste nome, porque é desnaturada. Não tem direito à inteira gratidão de seu filho a quem, aliás, prova não ter grande afeição, e muito menos o amor que toda mãe têm por seu filho. A maternidade e os carinhos com sua prole são os primeiros deveres da mulher. A mulher tem a obrigação de ser boa, porque, como muito bem disse José de Alencar, ela é o símbolo de amor e ternura. E a mulher que não for boa mãe deixa, por isso mesmo, de ser mulher. [...]. A mulher que amamenta seu filho tem o seu orgulho de mulher e de mãe, e o próprio Deus transforma-lhe esse orgulho na auréola de luz que lhe circunda a venerável fronte (O Leite Materno, *Vida Doméstica*, 1921, 6, 1: 27).

O texto acima foi extraído da coluna *Cousas Úteis*, que integrava a revista feminina *Vida Doméstica*, em edição de 1921. A revista –que começou como mensal e posteriormente passou a ser quinzenal e, por fim, semanal– era editada na cidade do Rio de Janeiro e esteve em circulação de 1920 até 1963. Enunciada como “uma publicação do lar e das mulheres”, seu conteúdo visava a mulher enquanto dona de casa, abordando temáticas do casamento e do lar junto a matérias sobre puericultura, maternidade, saúde feminina, romances e novelas. Espaço considerável da revista era dedicado à publicidade, sobretudo de produtos de beleza, perfumaria, moda, utensílios para a casa e acessórios para infantes. Seu público leitor consistia em mulheres majoritariamente de áreas urbanas, pertencentes às camadas médias (Brites, 2000; Freire, 2009).

No mesmo periódico, a coluna *Medicina Doméstica*, assinada pelo médico higienista Germano Wittrock, trazia orientações para as mães sobre os cuidados com os filhos, em especial os mais jovens. Um de seus textos pode ser visto no extrato abaixo, veiculado no ano de 1926:

Toda a mãe tem o dever sagrado que a maternidade lhe impõe de amamentar o seu filho nos primeiros 6 meses de vida. Creio que não haveria uma só que fugisse a esta obrigação, se tivesse consciência dos perigos a que expõe o ente querido entregando-o a uma alimentação artificial; pois quase que o terço das crianças sujeitas a esta nutrição inconveniente padece no primeiro ano [...].

A estética e os cuidados com a conformação do seio são muitas vezes a causa fútil pela qual a mãe deixa de amamentar o pequenino; quando, pelo contrário, a verdadeira

beleza na mulher somente sobressai-lhe quando realça o seu mais elevado ideal e se torna mãe, e nutre aquele ente em cujas veias circula o seu próprio sangue.

Encarando o aleitamento materno pelo lado moral devemos dizer que esta mãe ditosa que acaba de amamentar tem a suprema ventura de observar o primeiro sorriso do pequenino agradecido e, mais tarde, ver nele espelhar-se os seus hábitos e costumes, pois o lactante, bem como a criança nova, tem o instinto da imitação, procurando reproduzir aquilo que fez a pessoa a cujos cuidados está entregue (*Aleitamento Materno, Vida Doméstica*, 1926, 94, 1: 20).

Em meados do século XIX e sobretudo nas primeiras décadas do século XX, publicações como as das colunas acima mencionadas serviram ao propósito de educar as mulheres para suas obrigações maternais, fazendo parte de um projeto maior de diminuição da mortalidade infantil, reconfiguração do lugar social da mulher e desenvolvimento do país (Oliveira, 1990; Costa, 1999; Freire, 2009). Os médicos higienistas –entre eles Wittrock e autores da coluna *Cousas Úteis*– foram grandes articuladores dessa empreitada, utilizando-se de revistas femininas para disseminar práticas maternais alinhadas à proposta social republicana.

Há alguns anos, discussões sobre a maternidade voltaram a ganhar espaço em variadas mídias, com destaque especial para as mídias sociais, sobretudo o Facebook (Figueiredo Souza, 2019). Por meio de publicações em páginas, grupos e perfis pessoais ou nos comentários a conteúdos relativos à maternidade, diferentes mulheres –especialmente as pertencentes às camadas médias da população– têm exposto suas vivências enquanto e/ou com mães, além dos motivos pelos quais desejam ou não ter filhos. Um exemplo desse fenômeno é a postagem da médica e cantora Júlia Rocha em seu perfil pessoal no dia 19 de outubro de 2017. Trata-se de um desabafo sobre as dificuldades da rotina maternal. A transcrição da postagem consta a seguir:

#### CONTÉM SPOILER. SPOILER DA VIDA DE MÃE

Olá, boa noite. Boa noite pra você que vai dormir. Eu não vou. Certeza absoluta. Esse texto é pra você que pensa em ter filhos e fica vendo vídeo de parto com trilhas sonoras lindas, luz, sombra, emoção e coraçõezinhos.

Não se deixe enganar. Estão te vendendo uma maternidade romantizada. E pra você não poder jogar na minha cara que eu não te avisei, segue o aviso.

Desde o parto eu não sei o que é dormir. Nunca durmo mais de uma hora seguida. Por mais ativo e parceiro que seja o pai do seu filho, ele não tem peito. Seu filho quer peito. Ele mataria alguém pra ter um peito. Ele vive para o peito. O seu peito. Isso inclui a madrugada. Toda. Umass noites mais, outras muito mais. Seu bebê quer mamar!

Amamentar é difícil. Quase impossível no começo. Seus mamilos vão doer tanto que você achará que seu bebê os arrancou. E antes que eu me esqueça, seu peito vai cair, sim.

Sua coluna vai doer como se você tivesse sido atropelada. Atropelada 2 vezes. 3! Por um trator.

Você vai ter uma gigantesca dificuldade para aceitar as mudanças do seu corpo. Aliás, essa você que você conhece vai morrer. Você vai ser outra que você não conhece. Uma você cansada. Muito cansada. Morta de cansada. Uma você que não se reconhece no próprio corpo, que não tem tempo pra nada, só pra trabalhar e cuidar do seu bebê.

Você vai precisar da boa vontade de alguém pra ficar com seu filho pra você fazer coisas bem básicas tipo cocô e xixi. Você será sortuda se puder contar com alguém pra isso.

Seu cabelo vai cair até você entrar em desespero, mas, aqui, tenho uma boa notícia: de um dia para o outro isso acaba. Aí você vai amar ter uma cabeça com fios de todos os tamanhos, incluindo uns tufo crescendo bem na frente.

Eu já falei que a sua coluna vai doer, né? Já. Como se você tivesse carregado um urso polar.

Ah, importante: todos vão te julgar. Incluindo mães que já passaram pelo mesmo perrengue que você. Não importa o que você faça. Vão te julgar, vão te criticar. Muito! Abasteça seu tanque de 'fôdaci' até a tampa. Você vai precisar!

Você até vai querer transar só não vai conseguir. Primeiro porque seu marido vai precisar trabalhar o dia inteiro pra ganhar dinheiro. Segundo porque, cara... 20 minutos transando... Melhor dormir. E quando você estiver transando ou quase transando ou querendo transar, seu bebê vai acordar e chorar.

Você vai lembrar com saudade dos tempos que não precisava segurar o cocô e o xixi até o marido chegar. De quando você não precisava sair do trabalho correndo pra chegar em casa e dar mamá.

E eu quero te avisar que minha filha é classificada na lista dos bebês tranquilos. Ela quase não chora. Ela é fofinha.

Dito isso, eu só posso deixar um conselho que eu te dou de graça: aproveite o pré-natal e construa uma sólida e confiável rede de apoio. Se a grana permitir contrate uma pessoa pra cuidar da casa e fazer a comida. Converse com outras mães. Peça ajuda desde o começo. Acostume seu bebê com seus familiares desde os primeiros dias. Você vai precisar deles.

Não quero terminar esse texto com a tradicional frase: apesar de tudo, nós amamos nossos filhos e blá blá blá. Acho desnecessário alimentar clichês de mães de propaganda. A gente não é tão psicopata, assim. A gente sabe muito bem o que sente e cada um que lide com isso.

Meus restos mortais agradecem quem chegou até aqui. Ser mãe é foda. Ainda bem que nós também somos (Rocha, 2017).

Outra publicação integrada à recente prática de debater a maternidade no Facebook é a postagem transcrita abaixo, feita na página *Feminino e Perinatalidade por Carolina Leão*<sup>1</sup> no dia 3 de agosto de 2017 pela própria Carolina, psicóloga clínica:

#### AMAMENTAR NÃO É UM ATO DE AMOR

A primeira vez que ouvi minha mãe pronunciar tal frase, estranhei.

Eu havia ido buscá-la após uma entrevista para um programa da Rede Mulher e notei que ela estava aborrecida. Perguntei o que havia acontecido e ela disse:

<sup>1</sup> Cujo nome foi alterado para *Maria Maria por Carol Leão*.

“Eles fizeram de tudo para que eu afirmasse que amamentar é um ato de amor. Mas eu nunca direi isso. Amamentar não é um ato de amor”.

“Mãe, como assim?”. Por um instante, achei que minha mãe estava virando casaca e negando o trabalho de toda uma vida.

Minha mãe foi uma das grandes batalhadoras do aleitamento materno no Brasil e no mundo. Docente da Faculdade de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto, ela ajudou a formar núcleos de aleitamento por todo o país, colocou o assunto na pauta da formação de profissionais, escreveu livros, cartilhas e foi conselheira da OMS sobre o tema, para os países de língua latina.

Eu cresci com mulheres batendo à nossa porta para “desempedrar” as mamas e aprender a dar de mamar. Com alunas que a procuravam para orientar teses de mestrado. Era peito e recém-nascido para todo lado. Aquela frase, dita assim de repente, me pegou totalmente de surpresa.

“Amamentar é optar por dar o melhor alimento ao bebê. Não tem nada a ver com amar. Se fosse assim, poderíamos dizer que os pais amam menos seus filhos? Eles não amamentam. As mães adotivas também não. Ou as mulheres que fizeram plástica. Ou as mães que precisaram desmamar seus bebês para trabalhar... será que todos eles amam menos seus filhos porque não amamentam?”

“Mas é o que a gente sempre escuta...que amamentar é dar amor”, argumentei.

“Pois é... mas amamentar é dar alimento. O melhor alimento. O mais completo e o que melhor nutre o bebê. Já amar é outra coisa. As pessoas que confundem as duas coisas, sem querer, estão fazendo um desserviço ao aleitamento, pois as mães ficam mais ansiosas, culpadas e cheias de temores. Todos sabem que uma mãe tranquila amamenta melhor. E como uma mãe pode amamentar tranquila se ela acha que estará dando menos amor para seu bebê se fracassar? Olha o peso deste sentimento!

Quanto mais desmistificarmos o aleitamento, melhor. As sociedades que amamentam melhor, são aquelas que o fazem naturalmente, como parte de uma rotina. O bebê está com fome, a mãe dá o peito. Simples assim. Quase mecânico. Ninguém pensa muito nisso.

E as mulheres que por algum motivo não conseguem amamentar, precisam parar de sofrer. De sentir culpa. Existem muitas outras formas delas darem o suporte psicológico que o bebê precisa. É óbvio que o aleitamento é a melhor escolha, mas a partir do momento que esta escolha não pode ser feita, a mãe deve parar de sofrer”.

Essa era a minha mãe. Cheia de ideias próprias. Cheia de amor. Uma batalhadora da maternidade sem culpa (Leão, 2017a).

O texto original é de Thais Vinha, dona do blog *OMBUDSMÃE*. Mãe de três crianças, é filha de Vera Heloisa Pileggi Vinha, considerada uma das mulheres mais influentes do Brasil na área de aleitamento materno (Castro, 2017). O relato veio acompanhado por uma foto em que Carolina — apoiando a cabeça em sinal de cansaço — amamenta seu filho. A imagem pode ser vista na Figura 1.

Figura 1. Captura de tela com Carolina amamentando o filho



Fonte: <https://bit.ly/2KW1YPI>. Acesso em: 28/05/2019.

A postagem de Júlia obteve 8,7 mil reações,<sup>2</sup> 211 salvamentos, 3,4 mil comentários e 1.360 compartilhamentos (Rocha, 2017).<sup>3</sup> Já a postagem de Carolina gerou 18 mil reações, 659 salvamentos, 4,5 mil comentários e 11 mil compartilhamentos (Leão, 2017a).<sup>4</sup> Tais repercussões foram quase exclusivamente geradas por mulheres, que também relatavam nos comentários suas vivências maternas, isto é, o conjunto

<sup>2</sup> Recurso que passou a integrar as funcionalidades do Facebook em fevereiro de 2016. Além da tradicional curtida, os usuários podem marcar as publicações alheias com ‘amei’ (ícone de coração), ‘haha’ (emoji de risada), ‘uau’ (emoji de admiração), ‘triste’ (emoji de choro) e ‘gr’ (emoji de raiva).

<sup>3</sup> Última checagem dos números realizada em 02/10/2020.

<sup>4</sup> Última checagem realizada em 02/10/2020. O número de salvamentos foi averiguado pela última vez em 26/09/2019, quando essa informação ainda ficava disponível nas postagens de páginas do Facebook.

de valores e ideologias relacionados à maternidade que cada mulher –por meio do convívio familiar, instituições de ensino, cotidiano social, produções midiáticas, redes de contatos, entre outros– adquire ao longo da vida. Esse conjunto ajuda a estabelecer o lugar reservado à maternidade dentro do planejamento pessoal das mulheres e, também, a forma como a enxergam em termos coletivos (Figueiredo Souza, 2019).

Além da grande visibilidade, os *posts* de Júlia e Carolina dividem outras semelhanças: foram feitos no Facebook no segundo semestre de 2017; são escritos por profissionais da área médica, mas que não acionam essa informação no texto; abordam a amamentação e a maternidade; por meio de análise exploratória dos respectivos perfil e página, é possível verificar que suas autoras possuem o hábito de discutir questões de gênero, com destaque para temáticas maternas, nos *posts* que publicam; e, por fim, estão em modo público, ou seja, visíveis para qualquer pessoa com acesso a seus links. Constituem, portanto, unidades de análise correlatas, bem como os extratos da *Vida Doméstica*, publicados em períodos próximos e sob autoria de médicos higienistas, além de disponíveis publicamente no site da Biblioteca Nacional. Ainda é possível dizer que todas as publicações se destinam ao público feminino urbano de camadas médias, ao qual pertencem as autoras dos *posts* e, também, a maioria das leitoras da *Vida Doméstica*.

Os quatro fragmentos textuais aqui apresentados constituem, portanto, o corpus do artigo. É importante destacar que tal corpus integra um material mais amplo de pesquisa analisado em dissertação de mestrado defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, reunido por meio de imersão em campo (no caso dos *posts* no Facebook) e busca em acervos digitais (no caso das publicações jornalísticas).<sup>5</sup> Após avaliação do conteúdo das 48.694 unidades de análise que compunham o material coletado pela dissertação, foram selecionados dois *posts* atuais (o de Júlia e o de Carolina) que melhor se relacionavam às duas publicações jornalísticas (também reunidas pela pesquisa de mestrado) cujo foco consistia no elo entre amamentação e maternidade.

O recorte temporal escolhido para a análise deve-se ao fato de que, no Brasil, foi nos anos 20 que as revistas femininas e colunas jornalísticas dirigidas ao público feminino mais fortemente se engajaram na promoção de valores maternos higienistas para suas leitoras, sobretudo no que se relacionava à amamentação. Valores estes que passaram a ser mais contestados e debatidos na década de 2010, quando variadas mulheres usavam seus perfis em mídias sociais para empreenderem discussões acerca de suas experiências e posicionamentos acerca da amamentação e aquilo que representa tanto em suas

<sup>5</sup> Processos detalhadamente explicados na referida dissertação, que consta entre as referências bibliográficas deste artigo.

rotinas quanto em um cenário cultural mais amplo, no qual a lactância ainda ocupa papel significativo no retrato materno.

O artigo compara as publicações desses diferentes suportes –uma revista feminina dos anos 20 e o site de rede social Facebook em 2017–, os mais representativos de suas respectivas décadas para a discussão de temáticas maternas no Brasil, a fim de observar os deslocamentos ocorridos no discurso e nos valores de cada época. Para tanto, se apoia no método genealógico defendido por Maria Cristina Franco Ferraz:

Em sua perspectiva antimetafísica, a visada genealógica considera sentidos, valores e crenças culturalmente compartilhados bem como os modos de se configurar a subjetividade como produção histórico-cultural. Sentidos e valores são tomados como plasticamente cambiantes e as formas-sujeito, como não substancializadas. Ambos estariam, portanto, abertos tanto a variações históricas quanto a novas experimentações (Franco Ferraz, 2013: 164).

Ao identificar continuidades e rupturas entre a forma de abordar o empreendimento de ser mãe nestes diferentes contextos e dispositivos, para além de entre os processos de produção de subjetividade que marcam o período moderno e o contemporâneo, procura-se mostrar que a maternidade é uma construção articulada em torno de determinados valores, e que hoje as mulheres buscam, por meio de suas narrativas pessoais, retratar a vivência materna com base no que consideram importante, evidenciando tanto novas formas de produção subjetiva a partir de vivências maternas quanto a há muito existente construção discursiva da maternidade enquanto experiência de devoção e plenitude.

## A MÃE-HIGIÊNICA

Desde meados do século XIX, médicos, intelectuais e progressistas criticavam o estilo de vida colonial da família burguesa, culpando-o pelo alastramento de doenças e práticas que afastavam o Brasil do que entendiam como um país desenvolvido e moderno. Os médicos higienistas, então, converteram-se em teóricos e executores da política de higienização das cidades, da população e da família que passou a ser implementada nesse mesmo período (Costa, 1999).

Uma das principais modificações ocorridas foi a passagem da mulher dona de casa à figura da mãe-higiênica. Se, na cultura colonial, a esposa da elite agrária era responsável pela administração das tarefas da fazenda –controlando criados e escravos em suas obrigações diárias enquanto o marido tratava de negócios na cidade–, a partir do século XIX a esposa passa a ter maior responsabilidade com os filhos.

Segundo Jurandir Freire Costa (1999), essa reciclagem da função feminina operou-se em dois tempos. O primeiro foi o da higiene que, acompanhando a urbanização, retirou



a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Ao contrário da ‘mulher de alcova’ –pálida, flácida, que gritava ordens o dia inteiro dentro de casa, trajando vestes largas e simples– a mulher moderna podia (e devia) passear ao ar livre, contemplar vitrines, arrumar-se para comparecer a festas e eventos. Já no segundo tempo, reforçando a ‘estatização dos indivíduos’,<sup>6</sup> a higiene:

[...] procurou reintroduzir a mulher na família, devidamente convertida ao amor filial e ao consumo dos serviços médicos. [...] A mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado a emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, a «colonização» da mulher pelo poder médico (Costa, 1999: 255).

A mulher oitocentista das classes mais abastadas, herdeira dos costumes coloniais, empenhava a maior parte de sua energia em costumes criados pela sociabilidade urbana: modas, festas e diversões, às quais deveria comparecer e, muitas vezes, conduzir. A partir do momento em que a vida da criança de elite adquire importância econômica e política, os médicos atentam para a relação entre o chamado aleitamento mercenário e mortalidade infantil. Assim, o aleitamento materno ganha conotação de problema nacional e é preciso convencer as mães a amamentarem os filhos (Costa, 1999; Oliveira, 1990).

Condenado por interferir nos interesses político-populacionistas da elite agrária, o comportamento de preferir compromissos e lazeres à amamentação foi codificado no discurso higiênico como uma infração às leis da natureza. A mulher que não amamentava rompia tanto com sua conformação de fêmea mamífera quanto com sua vocação ‘natural’ de ser mãe.

A culpabilização da mulher foi uma faceta importante de sua relação com a higiene. Os extratos da revista *Vida Doméstica* mostram como o medo de pôr em risco a vida do filho ou não corresponder à amorosidade esperada das mulheres servia como forma de intimidação para convencer as leitoras a seguirem certas recomendações. As “causas fúteis” (*Medicina Doméstica*, 1926) como se importar com o impacto da amamentação no formato dos seios também são colocadas como condenáveis. O termo ‘moral’ é inclusive acionado no discurso (“Encarando o aleitamento materno pelo lado moral”), classificando a preocupação com outros fatores que não a saúde dos filhos como

<sup>6</sup> Após a abdicação de Dom Pedro I (1831), o poder central compreendeu que não bastava urbanizar a família brasileira. Era preciso estatizar os indivíduos, já que a força de lei não produzia automaticamente indivíduos urbanos e submissos ao Estado. A justiça soberana detinha-se nas fronteiras da vida privada, os comportamentos íntimos continuavam imunes às represálias jurídico-policiais. A plena vigência da nova ordem dependia de uma transformação no universo familiar. Ao mesmo tempo em que se operava — desde a chegada da corte portuguesa na capital — a ‘reuropeização’ das mentalidades e costumes, era necessário que os cidadãos acreditassem na importância que o Estado tinha na preservação da saúde, bem-estar e progresso da população. Desse modo, poderiam obedecer às suas solicitações. A higiene médica foi uma das ferramentas empregadas para este fim (Costa, 1999: 56-57).

imprópria. Até o momento, a mulher de elite não tinha sido ensinada que deixar de amamentar significava desafeto pela prole. Os higienistas se aproveitam desse ‘desconhecimento’ para construir e reforçar sua influência sobre o público feminino (Costa, 1999). A mãe que os obedece é dita exemplar. A que não o faz “é uma mulher indigna deste nome, porque é desnaturada” (O Leite Materno, 1921: 27).

Além de proteger a vida das crianças –sobretudo as das camadas mais economicamente favorecidas e brancas–, o processo de converter as mulheres ao modelo da ‘mãe amorosa amamentando o bebê’ guardava outro objetivo: regular a vida da mulher. Com a urbanização, o desenvolvimento dos serviços, a diminuição das obrigações religiosas e os jovens passando o dia na escola, as donas de casa tinham muito tempo ocioso disponível. Fazê-las amamentar era um modo de preencher esse tempo com uma tarefa útil, livrando-as dos “passatempos nefastos à moral e aos bons costumes familiares” (Costa, 1999: 259).

Outro motivo para o interesse no controle feminino era barrar sua competição com os homens. A emancipação do patriarcado colonial trouxe consequências. As mulheres se converteram nas principais consumidoras de artigos industrializados e da moda europeia; passaram a dar mais atenção aos cuidados com o corpo e o intelecto; liam mais, inclusive romances que frequentemente se apresentavam favoráveis à emancipação feminina; ganharam papel decisivo na promoção social dos maridos. Com isso, passaram a demandar mais direitos e a se colocarem como detentoras de ambições sociais próprias.

Entretanto, para os higienistas, a independência da mulher não podia extrapolar os limites da casa nem do consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem da mulher-mãe. “Emancipada intelectual e profissionalmente, a mulher comprometia o pacto «machista» firmado entre a higiene e o homem. Para que este pacto sobrevivesse, a higiene precisava continuar garantindo a posse da mulher pelo homem” (Costa, 1999: 260).

A estratégia empregada pelos adeptos ao higienismo foi fazer as mulheres acreditarem na “nobreza” da “função amamentar” (Costa, 1999: 261), prática semelhante à realizada por médicos e ideólogos franceses do século XVIII que exaltavam a capacidade das mulheres –e apenas as mulheres– produzirem o tão necessário alimento para os bebês da nação. Entre as sensibilizadas pela nova exigência, boa parte se atraiu, na verdade, pela promessa de felicidade e igualdade contidas no interior desse discurso. Muitas francesas esperavam que, ao incorporarem seu papel de mãe devotada e carinhosa, alcançassem o direito ao respeito dos homens e o reconhecimento de sua utilidade (Badinter, 1985). O que poderia, talvez, acarretar ganhos sociais futuros. Maria Martha de Luna Freire (2008; 2009) aponta que um movimento similar aconteceu no Brasil do século XX.

## MATERNIDADE COMO MOEDA DE TROCA

Após a Primeira Guerra Mundial, a maternidade converteu-se em valor social e dever patriótico por meio da disseminação da ideologia maternalista pelo território europeu. Na França, políticas públicas que visavam conciliar as funções de mãe, trabalhadora e dona de casa receberam apoio de feministas que defendiam o reconhecimento da maternidade como função social digna de remuneração (Freire, 2008). A influência desses movimentos chegou ao Brasil, mas, em vez de preocupações econômicas ou geográficas, o maior problema enfrentado era a precariedade das condições sanitárias que, junto à elevada mortalidade infantil, ameaçava a construção da nação, ponto central para consolidar o regime republicano (Oliveira, 1990).

Diante disso, na década de 1910, organizou-se o movimento sanitarista e a higiene foi lançada como ferramenta para orquestrar as mudanças sociais pretendidas. O movimento modernizador –liderado pelas elites republicanas e calcado na rejeição ao passado colonial– elegeu a ciência como principal ferramenta de autoridade, sendo os médicos seus porta-vozes e representantes tanto na esfera pública quanto na privada.

Nesse período empreendeu-se forte campanha contra as amas de leite que, desde o Brasil Colônia, amamentavam os bebês de mulheres brancas tanto na posição de escravas (até a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888) quanto na posição de trabalhadoras autônomas que ofereciam serviço de amamentação em troca de um singelo pagamento. Médicos associavam seu leite à transmissão de doenças, bem como os suplementos alimentares a uma nutrição incompleta e artificial. Apesar disso, as amas de leite permaneceram populares até a década de 30, quando o discurso que as relacionava à negligência materna –tanto por parte das próprias amas com seus filhos quanto daquelas que as contratavam ou eram obrigadas pelos maridos a contratá-las– consegue se alastrar pela maior parte da população (Costa, 1999; Freire, 2009; Silva, 2016).

De forma similar ao que ocorreu na França, o discurso maternalista brasileiro ganhou mais força nas primeiras décadas do século XX, principalmente por meio de revistas femininas como a *Vida Doméstica* que, desde a virada do século XIX, já constituíam um hábito entre as elites nacionais (Freire, 2008). Muitas feministas, utilizando-se desses dispositivos, colocavam a maternidade enquanto justificativa para reivindicar mais direitos e oportunidades às mulheres.

As líderes do movimento sufragista brasileiro, por exemplo, usavam as revistas para reiterar que as obrigações políticas da mulher não ameaçavam a vida doméstica, que o voto melhoraria sua atuação como mães e aceitavam –assim como seus apoiadores masculinos– que a esfera feminina de interesse englobava basicamente a casa e questões relativas à educação e saúde da família. O que fizeram foi redefinir a ideia de lar, agregando-lhe aspectos mais abrangentes. Já as feministas moderadas ou que

não pertenciam a organizações preferiam enfatizar a missão moralizadora da mulher, ligando mais diretamente o feminismo à maternidade (Hahner, 2003).

Também foram muitas as mulheres –feministas ou não– que endossaram o discurso higienista acerca da vocação ‘natural’ feminina para a maternidade. Elas o fizeram tanto no papel de leitoras de colunas como as do Doutor Wittrock quanto sendo autoras de muitos textos sobre o amor materno. Mas por que essas mulheres apoiaram um movimento que, segundo Costa (1999), as mantinha subjugadas ao poder médico? Freire (2008, 2009) aponta um jogo de interesses que beneficiava ambas as partes.

O discurso higienista dirigido ao público feminino enfatizava que apenas o instinto materno não era suficiente. As mulheres precisavam se instruir, incorporar valores morais, praticar uma maternidade devidamente amparada pelos princípios da puericultura e os ditos bons costumes. Os médicos seriam seus principais orientadores nesse processo, enquanto as mães, como percebeu Jurandir Freire Costa (1999), teriam o posto de suas maiores aliadas na higienização do país.

Por meio da valorização da maternidade como função social, as mulheres tiveram mais facilidade para entrar (e posteriormente se estabelecer) em campos profissionais e acadêmicos que demandassem suas habilidades maternas ‘inatas’, como a enfermagem, o magistério, a nutrição e o serviço social (Freire, 2009). A maternidade também se tornou um forte argumento para pleitear direitos. Já que criariam os futuros cidadãos brasileiros, deveriam, como ditavam os próprios médicos, ser devidamente preparadas para isso — o que incluía acesso à educação, à cidadania, à esfera pública e a melhores condições de vida. Nas palavras de Freire:

A referência habitual da maternidade à natureza feminina em discursos que negavam sua suficiência tornou o maternalismo um paradigma singular: ao mesmo tempo que aprisionava as mulheres em sua dimensão biológica, aumentava, por sua própria iniciativa e participação, seu poder na sociedade. Imbuída do status de atividade científica e do caráter de função social –ainda que exercida no espaço doméstico–, a maternidade ultrapassava os limites do lar e da família e tornava mais permeáveis as fronteiras entre as esferas pública e privada (Freire, 2008: 168).

Já para os médicos higienistas, a valorização social da maternidade permitiu que se diferenciasssem profissionalmente de seus pares, legitimando-os como especialistas na promoção e vigilância da saúde das crianças, além de reforçar a ideia da pediatria e da puericultura como campos distintos da medicina (Freire, 2008). Diferenciação que era enfatizada nos conteúdos da *Vida Doméstica*, por onde o discurso maternalista circulava.

## INTENCIONALIDADES, LÓGICA EFEITO-INSTRUMENTO E CRISE DO PODER PASTORAL

Para Michel Foucault (1980), o modo de operação da genealogia relaciona-se: 1) à intencionalidade de táticas e estratégias presentes em discursos e práticas que atravessam o tecido social; e 2) à lógica efeito-instrumento.

No primeiro elemento, o filósofo defende que ‘poder’ é um nome que diz respeito a situações estratégicas complexas em uma determinada sociedade. Ou seja, supõe um campo mutável de relações de força. Não existe um sujeito individual por trás desses arranjos. As relações de poder são estabelecidas conforme os interesses dos que nelas se envolvem, o que abrange instituições, mercados, indivíduos, países, entre outras instâncias. São intencionais, não subjetivas. Para compreender os deslocamentos de práticas e sentidos entre diferentes épocas e sociedades, é necessário observar o mapa geral de disputas e convergências, os regimes de visibilidade, as normas e sua implementação, ou seja, todo o contexto –macro e micro– que permitiu que determinados eventos eclodissem da maneira como o fizeram. Conforme esclarece Franco Ferraz:

Não se trata, portanto, de sair em busca de quem estaria “por trás” das táticas e estratégias que perpassam o social e o comunicacional. Trata-se, antes, de identificar como se exercem e de que maneira se processam seus mecanismos, que se cristalizam em nossas crenças, corpos e modos de vida (Franco Ferraz, 2013: 167).

Como segundo elemento para utilizar o método genealógico, Foucault (1980) propõe substituir a relação causa-efeito pela lógica efeito-instrumento. Meios de comunicação e tecnologias (como a revista *Vida Doméstica* e o Facebook) remeteriam a complexos tecidos histórico-culturais de que são, ao mesmo tempo, expressões e instrumentos.

Tanto a *Vida Doméstica* quanto o conteúdo nela produzido sobre a maternidade e os cuidados com os filhos podem ser lidos como dispositivos que permitiam que a conduta das mães (e conseqüentemente das mulheres, enquanto mães potenciais) fosse cada vez mais pautada por paradigmas higienistas. Nesse arranjo de poderes, cujos interesses foram discutidos anteriormente, ainda coexistem fatores como a influência dos movimentos nacionalistas e maternalistas europeus e a produção em maior escala de jornais e revistas no Brasil. Todas essas forças –ora em convergência, ora em disputa– são expressões e instrumentos de amplos contextos sociais, econômicos e culturais.

O pastor secular é uma figura evocada por Foucault que incorpora os valores sociais tomados como positivos e, por isso, destaca-se do indivíduo e se torna idealizada, modelo a ser seguido e respeitado (Vaz, 2014). O poder pastoral é o que legitima a influência e poder dos médicos higienistas sobre as mulheres –possuem um conhecimento específico, estudaram medicina, aprenderam técnicas cientificamente

aprovadas. Têm, portanto, autoridade para falar de questões relativas ao cuidado com as crianças e à conduta das mães.

As colunas assinadas pelo Doutor Wittrock e demais higienistas simultaneamente expressam e colocam em prática o plano nacional de desenvolvimento do país e de conformação do lugar social da mulher, acionando, para isso, o discurso científico sobre o qual, ao contrário de suas leitoras, possuem domínio. A formação médica –explicitada no uso de termos técnicos e menções a conceitos que a medicina moderna anunciava como primordiais, visíveis nos fragmentos das colunas *Medicina Doméstica* e *Cousas Úteis* (instinto materno, espelhamento de gestos entre bebê e lactante etc.)–, serve de base para justificar e compor o poder pastoral que os higienistas exerciam sobre as mulheres brasileiras, fosse enquanto público da revista ou como alvo das modificações comportamentais que encorajavam.

A crise do poder pastoral apontada por Paulo Vaz (2014) diz respeito a um deslocamento contemporâneo. O leigo ganha voz autorizada para falar, a partir das próprias experiências. Mulheres de diferentes ocupações que não a medicina podem discutir sobre maternidade e temas a ela relacionados porque viveram –ou conviveram com mulheres que viveram– essa experiência. Ter passado por uma determinada situação confere ao sujeito poder e saber para falar sobre ela.

As autoras de ambas as postagens no Facebook aqui analisadas –Júlia Rocha e Carolina Leão– atuam na área médica. Porém, o que dá credibilidade a seus discursos não é sua formação acadêmica e profissional, mas o fato de exporem suas vivências maternas. A postagem de Júlia não menciona sua profissão em nenhum momento, muito menos se detém em explicações biológicas ou termos técnicos. O foco é sua experiência pessoal enquanto mãe, enfatizando as muitas dificuldades nela presentes.

Carolina Leão também não revela sua profissão, mas isso seria desnecessário. A página é sobre sua atuação como psicóloga clínica, com a carreira voltada “ao estudo das questões do feminino e também da perinatalidade (gestação, parto e pós-parto)” (Leão, 2017b). Carolina aciona um texto escrito por outra mulher para, por meio dele, revelar publicamente seu posicionamento acerca da relação entre amamentar os filhos e amá-los. Os conteúdos compartilhados pelos sujeitos nos sites de redes sociais são formas de construção identitária, além de informar a sua rede de contatos como pensam e do que gostam (Pereira de Sá e Polivanov, 2012).

Pode-se inclusive admitir que o texto de Thais Vinha –transcrevendo as falas de uma especialista em aleitamento materno que fala contra a obrigatoriedade da amamentação– sirva para embasar ainda mais o posicionamento de Carolina enquanto mãe e profissional de saúde. Ela recorre indiretamente ao lugar de fala privilegiado dos que detêm o conhecimento científico para, na posição de mãe lactante e psicóloga, validar sua própria conduta.

Considerando que o texto de Carolina não é próprio, sua foto enquanto amamenta o filho se converte em recurso para ‘atestar’ que está passando pela situação evocada no texto. Embora não seja sua autora, vivencia a experiência da amamentação, o que a autorizaria a falar dela. Também é possível relacionar o uso da foto como resposta e sintoma do fetiche do real descrito por Paula Sibilia:

Quanto mais a vida cotidiana é ficcionalizada e estetizada com recursos midiáticos, mais avidamente se procura uma experiência autêntica, verdadeira, não encenada. Busca-se o realmente real –ou, pelo menos, algo que assim *pareça*. Uma das manifestações dessa fome de veracidade contemporânea é o anseio por consumir lampejos da intimidade alheia (Sibilia, 2016: 247, destaque no original).

Ajuntar, a uma postagem discutindo as exigências da amamentação, uma foto em que se encontra aparentemente cansada enquanto amamenta é expressão e instrumento de uma cultura midiática que se atrai por conteúdos ‘mais reais’, mesmo que “se tratem de versões performáticas de uma realidade qualquer” (Sibilia, 2016: 247). Pela perspectiva de Simone Pereira de Sá e Beatriz Polivanov (2012), a foto seria um componente que fortalece aquilo que Carolina busca transmitir com sua postagem –o que também influencia a performance que faz de si mesma e de sua atuação profissional na página.

Se a intencionalidade das colunas *Cousas Úteis e Medicina Doméstica* é a conformação feminina dentro do papel social de mulher-mãe, a das postagens de Júlia e Carolina é se colocarem explicitamente contrárias à ‘romantização’ da maternidade –ou seja, o retrato materno feito exclusivamente a partir de seus aspectos positivos, que são idealizados–. O penúltimo parágrafo da postagem de Júlia inclusive rechaça o amor materno como justificativa para os sofrimentos da rotina com o bebê. “Acho desnecessário alimentar clichês de mães de propaganda”, afirma. Conforme explica no início do relato, sua intenção é alertar as mulheres que pensam em ter filhos sobre a “maternidade romantizada”. Se o discurso da coluna *Medicina Doméstica* afirma que “a verdadeira beleza na mulher somente sobressai-lhe quando realça o seu mais elevado ideal e se torna mãe” (*Aleitamento Materno*, 1926: 20), Júlia –enquanto mãe– usa sua experiência para discordar desse retrato da maternidade feito há décadas.

O relato de Júlia também rompe com outros princípios maternalistas, os quais ela identifica na conduta de muitas pessoas –sobretudo mulheres– em relação à maternidade. Enquanto as colunas da *Vida Doméstica* colocavam o cuidado com os filhos como tarefa exclusiva da mãe, para a qual deveria se preparar, Júlia ressalta a importância de as mães construir “uma sólida e confiável rede de apoio” (Rocha, 2017) para dividir os afazeres relativos ao bebê. E enquanto o julgamento acerca da maternidade alheia ainda é forte, Júlia aconselha as mães a ignorá-lo, denunciando que as críticas muitas vezes partem de “mães que já passaram pelo mesmo perrengue que você” (ibid). Ela

busca se distanciar de uma moral materna que identifica como responsável pelas constantes desaprovações que recebe em relação ao exercício da maternidade.

A reação de Júlia, na forma de postagem, configura um movimento que ocorre dentro de uma série de variáveis e forças, como a conquista de mais espaços e direitos pelas mulheres, melhorando sua situação econômica/social e ganhando condições de tratar de assuntos que lhes interessam, a disseminação de discursos feministas e uma cultura midiática que, ao contrário dos séculos XIX e XX, estimula os sujeitos a darem mais visibilidade a questões íntimas.

## DESLOCAMENTOS SUBJETIVOS

Tecnologias geram e propõem modos de vida, surgindo dentro de determinadas configurações. Trazem propostas para se relacionar com os outros e o mundo. Assim, os dispositivos fazem parte de transformações históricas. Não são suas causas, mas seus efeitos. Corpos e subjetividades seriam, portanto, compatíveis com certas tecnologias, modos de vida históricos e meios de comunicação (Sibilia, 2012).

Michel Foucault situou as sociedades disciplinares entre os séculos XVIII e XIX, tendo seu apogeu no início do século XX –período em que as colunas *Cousas Úteis e Medicina Doméstica* eram publicadas–. Gilles Deleuze (1992) apoia-se no pensamento foucaultiano para definir a sociedade disciplinar como um sistema onde o controle é centralizado em uma configuração hierárquica, dando-se pelo confinamento: apenas no espaço daquela instituição seu poder sobre o sujeito se exerce. Este, por sua vez, internaliza a moral da instituição, e passa ele mesmo a vigiar sua conduta de acordo com os paradigmas por ela impostos. Entretanto, no ambiente privado, é livre para expressar seus desejos e conflitos sem prestar contas diretamente a nenhuma instituição. Ele tem consciência de quais condutas e pensamentos divergem da lei e/ou da moral vigente(s), mas o âmbito particular é onde pode manifestar essas divergências sem ser institucionalmente punido por isso –ao contrário do que aconteceria fora da esfera privada–. Na sociedade disciplinar, as mesmas paredes que oprimem também protegem.

Durante a modernidade, acreditava-se que o ‘eu’ verdadeiro, ou seja, a essência do sujeito, ficava oculta e protegida em seu interior, sendo acessada apenas por meio de processos intimistas, como a escrita de diários ou sessões de psicanálise (Sibilia, 2016). Tais processos ocorriam em espaços privados, protegidos por paredes que afastavam o sujeito do mundo exterior, suas cobranças e estímulos. A intimidade deveria, portanto, ser resguardada e cultivada para que o ‘eu’ pudesse ser devidamente construído. Por mais que houvesse imbricamento –como o próprio fato de feministas utilizarem suas ocupações domésticas e maternais para fazerem demandas no âmbito político–



mantinha-se uma nítida separação entre a vida pública (cerceada pela lei, costumes e moral vigentes) e a vida privada.

Nesse contexto, o decoro era um valor importante. A intimidade pertencia às paredes do lar e não deveria ser extravasada para a esfera pública (ibid). É possível incluir as dificuldades maternas na categoria de assuntos que, apesar de vivenciados, não chegavam a dispositivos de ampla circulação, como jornais e revistas. O discurso higienista impregnado às políticas públicas dos séculos XIX e XX no Brasil colocava a maternidade e o afeto enquanto deveres morais das mulheres – “toda mulher tem o dever sagrado que a maternidade lhe impõe”; “a maternidade e sua prole são os primeiros deveres da mulher”; “a mulher tem a obrigação de ser boa” – que, caso não cumpridos, resultavam em “um verdadeiro crime contra a natureza, contra as religiões e contra a sociedade” (*O Leite Materno*, 1921: 27). Desgostos com a maternidade deviam permanecer ocultos porque iam contra a moral que pautava a conduta da ‘mulher honesta’, da ‘mãe ditosa’, e contra a moral que condenava tal exposição como vexatória, ofensiva.

A subjetividade moderna tinha caráter introdirigido, orientado para o interior do indivíduo. Na contemporaneidade, verificam-se personalidades alterdirigidas, voltadas para os outros, mas ainda autocentradas, apesar de não interiorizadas (Riesman, 1995). Nesse sentido, a postagem de Júlia apresenta uma dualidade interessante, pois, ao mesmo tempo em dá a entender que o julgamento de outras pessoas sobre suas atitudes como mãe a abala, atribuindo peso às opiniões alheias, também diz que é preciso ignorá-lo. Trata-se de um desejo individual –ter paz ao longo da maternidade– e para isso é preciso aprender a desconsiderar certas avaliações, centrando-se nas próprias necessidades. O fato de ter postado sobre o assunto revela que não processa os obstáculos maternos apenas dentro de si, mas em conjunto, compartilhando as situações por que passou em um processo no qual o destaque é seu.

Para Sibilia (2016), dois vetores constituem as subjetividades na era contemporânea: visibilidade e conectividade. Estes preceitos também seriam fundamentais para a produção de imagens de si na rede, como a foto compartilhada por Carolina Leão.

Tanto sua publicação quanto a de Júlia Rocha incorporam ambos os valores. As postagens são públicas, o que indica a vontade das autoras de deixá-las disponíveis para quem quer que se interesse por seu conteúdo. Elas não restringem o público que pode ter acesso aos *posts*, potencializando sua visibilidade e, ao fazê-lo, aumentam também a conectividade entre as publicações e os leitores –haja vista o número de compartilhamentos e reações que obtiveram–. Falar com outras mulheres sobre os problemas da maternidade é o que Júlia coloca como o objetivo de seu texto. E Carolina, ao compartilhar o relato de Thais Vinha em sua página profissional, transmite aquela mensagem a seus seguidores. O importante na sociedade do espetáculo é ser visto, de nada vale ter determinado posicionamento se ele não é mostrado e impacta outras pessoas (Debord,

1992). O modo como Júlia e Carolina dispõem suas postagens parece operar dentro dessa lógica, para além de sugerir, principalmente no caso de Júlia, a vontade de ter aquela vivência inserida em um conjunto de experiências compartilhadas por determinado grupo. No caso, o de mães que afirmam, nos comentários em resposta, que também passaram pelas mesmas situações.

Se na modernidade tem-se a proteção da intimidade contra o olhar alheio, a era contemporânea inaugura o que Paula Sibilia chama de *extimidade*, algo que em boa medida ainda é aquilo que se considerava intimidade, mas cujo critério de avaliação é o olhar do outro, para o qual é exibida. A verdade sobre o sujeito não estaria mais dentro de si, mas nesse olhar alheio que o reconhece e valida dentro das performances que desempenha. Justamente por isso, a tecnologia traz uma faceta de controle –é preciso gerir a imagem que se mostra, fazer uma curadoria do que será exibido–.

Pode-se perceber que a *extimidade* atua nas postagens de Júlia e Carolina, mas de modos diferentes. Nesta última, a exibição de um momento pessoal e íntimo dá-se na foto que a autora do *post* e da página acrescenta à publicação: cansada amamentando o filho, com cabelo e roupas bagunçados. Já a postagem de Júlia é basicamente construída por descrições bem-humoradas de sua rotina de mãe, detalhando os aspectos desagradáveis e difíceis que julga que os “vídeos de parto com trilhas sonoras lindas” (Rocha, 2017) escondem. Em ambos os casos, deduz-se que existiu uma curadoria prévia para escolher, no caso de Júlia, que eventos contar e que palavras usar para fazê-lo e, no caso de Carolina, qual foto exibir e como se relacionaria com o texto que a acompanha. Ambas são performances a favor de uma intencionalidade declarada — desvincular a amamentação do conceito de amor (Carolina) e ‘desromantizar’ a maternidade (Júlia). Ambas são efeito e instrumento tanto de uma cultura midiática mais expositiva em relação a vivências pessoais quanto do movimento de, por meio das mídias sociais em que tais vivências são compartilhadas, realizar um retrato materno menos idealizado.

A culpa que permeia os textos das colunas *Medicina Doméstica* e *Cousas Úteis* é fortemente combatida nas duas postagens. Se o discurso higienista pregava que amamentar era um ato de amor que glorificava a mãe, Carolina compartilha a opinião de uma especialista que diz que dar o seio não tem relação com o afeto pelos filhos, enquanto Júlia revela que “Amamentar é difícil [...]. Seus mamilos vão doer tanto que você achará que seu bebê os arrancou. E antes que eu me esqueça, seu peito vai cair, sim” (Rocha, 2017). O que o Doutor Wittrock, em 1926, descreve como futilidade, Júlia coloca como fator de grande preocupação e desconforto: o aspecto dos seios, a “aceitação das mudanças do seu corpo” (Rocha, 2017). Já Carolina, ao acionar o texto de uma “batalhadora da maternidade sem culpa” (Leão, 2017a), enfatiza seu desejo de contribuir para a mesma causa, alinha-se ao posicionamento que reproduz.

Ao apontarem discursos e práticas que retratam a maternidade como experiência de completude e a amamentação como ato intuitivo e amoroso –contestando-os– Júlia e Carolina criam narrativas paralelas às que identificam como dominantes, em uma ruptura com a base dos ideais maternalistas por trás das orientações da *Vida Doméstica* que, ao mesmo tempo, configura-se como demanda por um novo retrato (e modelo) materno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método genealógico mostra-se pertinente para analisar produções textuais publicadas em diferentes épocas e meios por ser capaz de abranger, ainda que de forma sucinta, os contextos históricos e socioculturais em que tais textos foram produzidos e divulgados, possibilitando, a partir disso, o estabelecimento de comparações entre os fragmentos investigados, e de que forma refletem premissas de seus respectivos períodos.

A principal diferença entre as colunas da *Vida Doméstica* e as publicações de Júlia e Carolina no Facebook é a abordagem. Na revista, os textos são escritos por um médico (*Medicina Doméstica*) ou com o aval de um médico (*Cousas Úteis*), e se referem ao papel da mulher na sociedade. Não se trata de uma questão particular, mas nacional: o Brasil precisa de ‘boas mães’. Para sustentar essa mensagem, apoiam-se tanto em preceitos e estudos científicos quanto em ameaças relativas ao afeto dos filhos ou ao mau exercício da feminilidade. Enquanto que o foco das postagens de Carolina e Júlia é a experiência particular de cada uma delas, como a amamentação e a maternidade as impactam individualmente, narrativas com as quais outras mães podem se identificar conforme são compartilhadas nas redes sociais *online*.

Se a sociedade do espetáculo demanda visibilidade –aliada a um fetiche do real diante de tantas imagens e informações manipuladas– mostrar as insatisfações com a maternidade ou a foto de um de seus momentos difíceis traz credibilidade e gera conexão com quem visualiza tais conteúdos. No caso de Júlia, os detalhes compartilhados atestam a veracidade de sua afirmação de que “ser mãe é foda”, além de permitir que outras mulheres se identifiquem com o relato. Ela se refere às leitoras diretamente (“você que pensa em ter filhos”; “quem chegou até aqui”), externaliza que sabe que é vista e que sua intenção é essa, alertar outras mulheres (“pra você não poder jogar na minha cara que eu não te avisei, segue o aviso”; “só posso deixar um conselho que eu te dou de graça”).

Ambas as postagens são alterdirigidas, ou seja, orientadas para outros além das próprias autoras. O caráter autocentrado que David Riesman (1995) aponta nas manifestações subjetivas contemporâneas também se verifica nos *posts*. É a partir de suas

experiências individuais e pontos de vista particulares que Carolina e Júlia falam sobre maternidade e amamentação.

Po-dese pensar que Carolina mobiliza o poder pastoral médico para justificar sua visão –pessoal e profissional– sobre o aleitamento materno. Ela traz a fala de uma especialista no assunto, por meio da transcrição de um relato de sua filha. Porém, o discurso que utiliza opera na contramão do discurso higienista das páginas da *Vida Doméstica*. Em vez de tratar a amamentação como um ato amoroso capaz de dignificar a mãe que o empenna e desqualificar a que não o pratica, Vera Heloisa Pileggi Vinha (citada pelo texto da filha) usa o próprio saber médico para tratar o aleitamento como nutrição, liberando as mulheres da culpa –tão forte nas colunas *Medicina Doméstica* e *Cousas Úteis*– por não conseguirem amamentar.

O elemento do amor materno continua presente, mas, nas postagens de Júlia e Carolina, deixa de ser a ideia ao redor da qual seus discursos se constroem. “A gente sabe muito bem o que sente e cada um que lide com isso”, escreve Júlia. O afeto pelos filhos não é uma questão para ela; as dificuldades maternas sim. Já as colunas da *Vida Doméstica* colocavam o amor pelos filhos como motivação e natureza dos atos maternos. Pela perspectiva da revista, qualquer crítica à maternidade ou às orientações higienistas no trato com as crianças seria antinatural, prova de desafeto, marca de incompetência. Sobretudo, seria imoral, contrária ao maternalismo e ao decoro em relação a questões privadas. Conduta que excluía um conjunto de práticas e saberes divergentes daqueles valorizados pelo paradigma científico hegemônico do período.

Tais abordagens resultam de distintos arranjos históricos, sociais, tecnológicos e culturais em que os *posts* e extratos analisados se inserem, refletindo diferentes intencionalidades em relação ao tratamento de questões relacionadas à maternidade. Se, por um lado, as postagens de Júlia e Carolina revelam que determinados valores maternos ainda vigoram (romantização da vivência materna, forte correspondência entre amamentação e afeto, culpabilização da mãe que não se doa integralmente ou não consegue amamentar, cobranças sobre a maneira de cuidar dos filhos), expressando a permanência de certa lógica maternalista, suas narrativas pessoais operam como instrumentos de reflexão e mudança, propondo, no compartilhamento de suas opiniões e vivências, um caminho para uma maternidade menos moralista e mais tolerante.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEITAMENTO MATERNO (1926); *Vida Doméstica*, Coluna Medicina Doméstica, por Dr. Germano Wittrock, 1, 96, pp. 20. Disponible en: <https://bit.ly/2Z9O5qX>. Consultado el: 02 de Octubre de 2020.
- BADINTER, E. (1985); *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, trad. de W. Dutra. São Paulo: Nova Fronteira.
- BRITES, O. (2000); “Crianças de revistas (1930/1950)”, en *Educação e Pesquisa*, 26, 1, Janero/Junio, pp. 161-176. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/298/29826111.pdf>. Consultado el 03 de Febrero de 2020.
- CASTRO, R. (2017); Amamentar não é um ator de amor: Declaração de mãe assustou internautas, mas o motivo faz total sentido. *Família.com.br*, Mayo. Disponible en: <https://bit.ly/2P7mDFH>. Consultado el 02 de Octubre de 2020.
- COSTA, J. F. (1999); *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DEBORD, G. (1992); *La Societé du Spetacle*. 3. ed. Paris: Éditions Gallimard.
- DELEUZE, G. (1992); “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”, en G. Deleuze (ed.), *Conversações: 1972-1990*, trad. de P. P. Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, pp. 219-226.
- FERRAZ, M. C. F. (2013); “Genealogia, comunicação e cultura somática”, en *Revista Famecos*, 20, 1 (Enero/Abril), pp. 163-178.
- FIGUEIREDO SOUZA, A. L. (2019); “*Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!*”: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais. Tesis de Maestría en Comunicación desarrollada en el Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- FOUCAULT, M. (1980); *História da sexualidade I (a vontade de saber)*, trad. de M. T. da Costa. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREIRE, M. M. L. (2009); *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FREIRE, M. M. L. (2008); “‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”, en *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, 15, suplemento (Junio), pp. 153-171.
- HAHNER, J. E. (2003); *Emancipação do sexo feminino: A Luta pelos Direitos da Mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- LEÃO, C. (2017a); Amamentar não é um ato de amor, *Feminino e Perinatalidade por Carolina Leão*, 03 de agosto. Disponible en: <https://bit.ly/2KW1YPl>. Consultado el: 02 de Octubre de 2020.
- LEÃO, C. (2017b); *Feminino e perinatalidade por Carolina Leão*. Disponible en: <https://bit.ly/2P7U22V>. Consultado el: 02 de Octubre de 2020.
- O LEITE MATERNO. (1921); *Vida Doméstica*, Coluna Cousas Úteis, Rio de Janeiro, 1, 16, pp. 27. Disponible en: <https://bit.ly/2NIZahx>. Consultado el: 02 de Octubre de 2020.
- OLIVEIRA, L. L. (1990); *A Questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

- PEREIRA DE SÁ, S.; POLIVANOV, B. (2012); “Auto-reflexividade, coerência expressiva e performance como categorias para análise dos sites de redes sociais”, en *Contemporanea/ Comunicação e Cultura*, 10, 3 (Septiembre/Diciembre), pp. 574-596.
- RIESMAN, D. (1995); *A multidão solitária*, trad. de S. Micelli y M. W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva.
- ROCHA, J. (2017); Contém Spoiler. Spoiler da vida de mãe, *Perfil Personal en Facebook*, 19 de octubre. Disponible en: <https://www.facebook.com/juliapamed/posts/909352789221713>. Consultado el 2 de Octubre de 2020.
- SIBILIA, P. (2016); *O show do Eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- SIBILIA, P. (2012); *Redes ou Paredes: A escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- SILVA, R. R. (2016). “A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX”, en *Antíteses*, 9, 17, (Janero/Junio), pp. 297-322.
- VAZ, P. (2014); Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. Texto de la ponencia presentada en el XXIII Encuentro Anual de la Compós, Universidade Federal do Pará, Brasil, 27 al 30 de Mayo.
- VINHA, T. (2009); Amamentar não é um ato de amor. *OMBUDSMÃE*, 23 de abril. Disponible en: <https://bit.ly/31PALhQ>. Consultado el: 12 de Mayo de 2019.